

O QUE É

O Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, foi instituído em 2019, no âmbito da Política Educacional Escola Digna, e reforça a colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação e as Secretarias Municipais de Educação, por meio do desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos indicadores e à concretização das metas dos Planos de Educação, especialmente da alfabetização na idade certa e formação integral e cidadã de todas as crianças do Maranhão.

INSITUCIONALIZAÇÃO

- Lei Nº 10.995 de 11 de março de 2019, que instituiu a Política Educacional Escola Digna, <http://stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=5425>.
- Decreto nº 34.649, de 2 de janeiro de 2019, que regulamentou o Pacto pela Aprendizagem, <http://stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=5368>

DESAFIOS

De acordo com últimos dados oficiais do INEP, o estado do Maranhão apresenta, ainda, indicadores educacionais desafiante em todas as etapas avaliadas.

O desempenho médio dos estudantes maranhenses em Leitura na Avaliação Nacional da Alfabetização realizada em 2016 (ANA/SAEB/INEP) indica que 22,7% das crianças concluem a etapa final da alfabetização com proficiência adequada; na avaliação em Escrita, o percentual de crianças com proficiência adequada é de 39,53% e em Matemática o percentual corresponde a 22,68%. Esses resultados colocam o estado do Maranhão entre as Unidades da Federação com déficit educacional significativo em termos de alfabetização de suas crianças na idade certa.

Na Avaliação de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB 2017), os estudantes da rede pública maranhense alcançaram a menor média de desempenho em comparação com as demais Unidades da Federação, esse resultado aponta que, respectivamente, apenas 2,31% e 2,2% dos estudantes possuem proficiência adequada em leitura e interpretação textual e resolução de problemas ao final do 5º ano do Ensino Fundamental.

Ao final do Ensino Fundamental, resultados da Avaliação de Língua Portuguesa e Matemática do SAEB 2017 apontam que, assim como no 5º ano do Ensino Fundamental, os estudantes da rede pública maranhense alcançaram a menor média de desempenho em comparação com as demais Unidades da Federação. Esse resultado aponta que, respectivamente, apenas 0,44% e 0,41% dos estudantes possuem proficiência adequada em leitura e interpretação textual e resolução de problemas ao concluírem a última etapa do Ensino Fundamental.

Sob a ótica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com uma nota de 4,5, o Maranhão ocupa a 24ª posição entre as redes públicas para os anos iniciais do Ensino Fundamental e com nota de 3,7, ocupa a 21ª posição nos anos finais, em comparação com as demais Unidades da Federação.

Portanto, reconhecido o déficit educacional produzido em toda a trajetória do Ensino Fundamental, o Pacto tem como objetivo desenvolver ações focadas nas salas de aula, voltadas para resultados de aprendizagem, a partir do engajamento das comunidades escolares com vistas ao fortalecimento do processo de ensino, garantindo que todos aprendam. Deste modo, além da melhoria dos indicadores educacionais alcançaremos juntos uma educação básica de qualidade social em todo território maranhense.

POR QUE COLABORAR?

O regime de colaboração entre os entes federados é, indiscutivelmente, um caminho, para o alcance dos resultados positivos na oferta de uma educação pública de qualidade.

Dada a sua importância, está indicado no artigo 211 da Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e ainda no artigo 7º do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que diz: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

Por isso, a responsabilidade do poder executivo estadual, em regime de colaboração, de definir políticas públicas convergentes, capazes de superar as desigualdades educacionais.

No Maranhão até 2015, havia pouca ou nenhuma cooperação institucional entre o estado e os municípios.

Neste mesmo ano, foi instituído, o Programa Escola Digna (Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015), inicialmente voltado, à substituição de escolas de taipa, barro e palha existentes no Maranhão por estruturas de alvenaria. Com aprofundamento do conhecimento do território bem como das das necessidades educacionais dos municípios, incluiu-se no escopo do programa, ações de apoio no transporte escolar; à qualificação profissional dos gestores, escolares, professores e técnicos que atuam nas secretarias municipais de

educação; distribuição de materiais didáticos e insumos que auxiliassem a promoção da aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos; apoio a avaliação da aprendizagem.

Com o sucesso das ações e o engajamento dos municípios, o Governo do Estado, ratificou as ações exitosas do Programa Escola Digna na Política Educacional Escola Digna - Lei nº 10.995, de 11 de março de 2019, que instituiu o Pacto pela Aprendizagem, regulamentado pelo Decreto nº 34.649, de janeiro de 2019, do qual fazem parte atualmente os 217 municípios.

OBJETIVOS

- I - garantir que todos os estudantes do território maranhense estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, na idade certa;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos profissionais da educação.

AÇÕES

INFRAESTRURA ESCOLAR

Investimento na melhoria da infraestrutura educacional das redes municipais de ensino, com reforma e construção de escolas com disponibilização de mobiliários e equipamentos, e ainda, com a instalação de rede de energia elétrica e poços artesianos quando a localidade não dispuser.

Doação de ônibus escolares para melhoria do transporte escolar nos municípios e garantia do acesso e a permanência na escola.

GESTÃO

Implementação de ações para uma gestão democrática e qualificação dos processos de gestão, com vistas fortalecer a atuação dos gestores educacionais.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Disponibilização do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), implementado, em 2019, a fim de elevar a qualidade de ensino de todas as redes públicas do Maranhão, por meio da realização de:

- Aplicação de testes de desempenho de Língua Portuguesa e Matemática aos estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental;
- Aplicação do teste de diagnóstico de fluência em leitura para o 2º ano do Ensino Fundamental;
- Publicização dos resultados às secretarias municipais de educação e escolas, agrupados por escola, turmas e individualizados por estudante, de etapa e componente curricular avaliados.
- Formação dos agentes educacionais para análise e discussão das informações produzidas a partir dos resultados dos testes, e para incorporação destes à dinâmicas de funcionamento das redes.

PLANEJAMENTO, SUPRIMENTO E SUPORTE

Apoio às redes municipais no desenvolvimento de ações de planejamento, suprimento e suporte, para o desenvolvimento de uma política educacional de médio e longo prazo, pautada no diagnóstico claro e na definição de ações estratégicas voltadas melhoria dos

indicadores educacionais e para otimização dos diversos recursos disponíveis.

Oferta de kits pedagógicos que ajudem na alfabetização na idade certa, tais como livros paradidáticos, jogos pedagógicos e outros;

APOIO NA GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS FEDERAIS

Apoio às equipes técnicas municipais na adesão, implementação e gestão de programas e projetos implementados em articulação com a União.

AGENDA 2020

O Pacto pelo Fortalecimento de Aprendizagem, priorizará a partir de 2020 a alfabetização, em regime de colaboração, de todos os estudantes do Território Maranhense até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Para esta nova etapa o governo implementará as seguintes macroações:

- Instituição da Bolsa de Auxílio Educacional para subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito do Pacto pela Aprendizagem.
- Premiação de reconhecimento das escolas de maiores resultados com divulgação de práticas exitosas.
- Produção/Adaptação de materiais didáticos estruturados, com ênfase em alfabetização.
- Desenvolvimento de Capacidades, com a formação dos gestores escolares e dos professores da Educação Infantil II e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
- Avaliação Diagnóstica de Fluência para o 2º ano do Ensino Fundamental.

□ Avaliação Externa com estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

OS PARCEIROS

Para implementação dessa etapa o Governo do Estado firmou uma parceria com Associação Bem Comum, Fundação Lemman, Fundação Vale, Instituto Natura, Undime/ma e Unicef.

Associação Bem Comum

A Associação Bem Comum é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação civil, de caráter educacional, que tem como objetivo, dentre outros, contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação. A Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração - PARC, instituída em 2019 pela Associação Bem Comum, em parceria com a Fundação Lemann e o Instituto Natura, tem como propósito apoiar governos estaduais na implementação de programas efetivos de regime de colaboração com seus municípios, visando a melhoria da aprendizagem durante os anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Fundação Lemann

A Fundação Lemann acredita que um Brasil feito por todos e para todos é um Brasil que acredita no seu maior potencial: gente. Isso só acontece com educação de qualidade e com o apoio a pessoas que querem resolver os grandes desafios sociais do país. Nós realizamos projetos ao lado de professores, gestores escolares, secretarias de educação e governos por uma aprendizagem de qualidade. Também apoiamos centenas de talentos, lideranças e organizações que trabalham pela transformação social. Tudo para ajudar a construir um país mais justo, inclusivo e avançado. Saiba mais em: fundacaolemann.org.br.

Fundação Vale

A Fundação Vale desenvolve e apoia, há mais de cinco décadas, iniciativas que buscam melhorar o acesso da população aos seus direitos essenciais, buscando contribuir para a construção de um presente e um futuro mais sustentáveis. A Fundação acredita que,

para ampliar alcance e resultados, é preciso fazer juntos. Por isso, sua atuação se dá sempre de forma colaborativa com governos, empresas e sociedade civil, que constituem uma rede capaz de materializar objetivos e propósitos comuns nos territórios onde a Vale está presente. Saiba mais em www.fundacaovale.org

Instituto Natura

O Instituto Natura é uma entidade social da Natura, criado em 2010 com o propósito de ampliar os investimentos em educação, realizados pela empresa desde 1995. A instituição apoia políticas públicas relacionadas a alfabetização e ensino médio, e realiza iniciativas voltadas para a articulação do terceiro setor educacional e para o desenvolvimento das Consultoras de Beleza Natura. O investimento acontece por meio da venda dos produtos da linha Crer Para Ver, comercializada pelas Consultoras de Beleza Natura, sem lucro. Atualmente, o Instituto Natura atua em 20 estados, com iniciativas que envolvem mais de um 1,1 milhão de crianças e jovens por ano.

União dos Dirigentes Municipais de Educação

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986, possui ampla abrangência de atuação no que tange às etapas da Educação Básica e suas mais variadas modalidades. Em articulação com os estados desenvolve pautas relacionadas às políticas públicas com foco na qualidade da educação, alfabetização, carreira e formação de professores, juventude e gestão democrática.

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância é um órgão das Nações Unidas

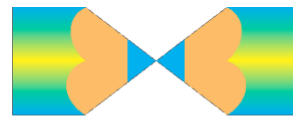
O UNICEF, desde 1950, é uma instituição de relevância mundial visa em parceria com os estados e municípios a garantia dos direitos de cada criança e adolescente, com destaque para àqueles de maior vulnerabilidade social e vítimas de violência.



NOSSOS PARCEIROS



FUNDAÇÃO VALE



UNDIME

União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação

